Fundação Arca da Aliança

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2016

1 - Introdução

A Fundação Arca da Aliança, com sede social na Rua de Santa Cruz nº 1, Cova da Iria com um fundo patrimonial de 399.038,32 €, contribuinte fiscal nº 504 219 413, tem como atividade principal: Outras Atividades Associativas (C.A.E. nº 94 995). A Fundação teve no ano de 2016, quatro valências em funções, a Administração que gere os fundos existentes e promoveu a construção da Aldeia Intergeracional, que é o Lar das Bem-Aventuranças, que entrou em funcionamento em Setembro de 2013, e que tem protocolo com o Instituto da Segurança Social para 48 utentes; o Lar de Infância e Juventude (L.I.J.), para o qual tem um protocolo com o Instituto da Segurança Social para 25 utentes e a outra valência, com menos expressão que é o apoio a famílias carenciadas. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2016.

O presente relatório contem uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Fundação Arca da Aliança, procedendo a uma equilibrada e global evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

De acordo com a generalidade dos analistas, em 2016 registou-se um crescimento económico moderado, ligeiramente abaixo das projeções previamente efetuadas e do crescimento registado no período homólogo. Um dos principais motivos prende-se com o facto das políticas adotadas pelas maiores economias não terem ainda reestabelecido a confiança dos mercados, especialmente na Zona Euro. O clima de incerteza, marcado pela recente eleição da Administração Trump e pela agressiva política externa da Federação Russa, é reforçado pela falta de aprofundamento de compromissos político-económicos entre os países da União Europeia (UE), pela tibieza no regresso aos mercados dos países intervencionados, e pela desaceleração das economias emergentes. O continente europeu é particularmente marcado pelo pós-crise das dívidas soberanas, pelo impacto social, político e económico decorrente da crise dos refugiados do médio oriente e principalmente pela agitação da ordem política regional e internacional, da qual o Brexit é o principal acontecimento, e pela crise de diversas instituições financeiras europeias, com o consequente estrangulamento dos mercados nacionais.

2.1. A Nível Internacional e Europeu:

De acordo com o mais recente World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), a atividade económica a nível mundial terá registado em 2016 um crescimento positivo de aproximadamente 3% (3,1%) – ligeiramente abaixo dos valores de 2015 (3,2%) –, sendo que o Produto Interno Bruto (PIB) das designadas economias desenvolvidas apresenta, ao contrário de anos anteriores, uma tendência similar à das economias em desenvolvimento, em que se verificou um abrandamento económico na generalidade dos países. Apesar do paralelismo do ciclo económico em ambos os grupos, as economias dos países em desenvolvimento apresentam ainda volumes de crescimento bastante mais altos que as economias avançadas, decorrente do carácter mais insipiente das suas áreas produtivas.

As economias avançadas apresentaram um crescimento muitíssimo ténue, na ordem dos 1,6% (face aos 2,1% do ano anterior), contra os 4,1% das economias emergentes (valor igual ao período anterior). Comparando os ritmos de crescimento dos EUA e da Zona Euro, verificamos que as previsões do ano transato estavam corretas, uma vez que os EUA tiveram um decréscimo da atividade económica na ordem de 1% (a economia americana fechou o ano de 2015 com um crescimento de 2,1%) e, na Zona Euro, este foi também um ano de desalavancagem da economia, com um crescimento económico estimado de 1,7% (0,3% abaixo do verificado no ano transato). Na globalidade, a economia europeia abrandou a retoma de crescimento económico iniciada em 2014 (na ordem dos 0,9%), que contrastava com a destruição de valor que ocorrera no ano de 2013 (na ordem dos -0,5%).

Esta retoma da economia europeia será mais modesta nos países cujas economias têm estado debaixo de elevada pressão, nomeadamente os mais pequenos e mais periféricos, muito em resultado das suas dívidas soberanas, a permanência da desconfiança dos mercados sobre o pós-crise, as dificuldades dos países e das empresas em se financiarem e da instabilidade do próprio sector financeiro (em países tão distintos como Portugal, Alemanha ou Itália). A crise política europeia marca mediaticamente a agenda quotidiana, estando, aparentemente, as ideias de unificação e convergência europeias mais dirimidas que antes. A nível interno, o Brexit acentuou este clima de desagregação potencial e de incerteza, agravado adicionalmente pelo aparecimento de forças políticas com linhas programáticas mais radicais com significativo suporte eleitoral, dispersas por países como a França, a Holanda ou a Alemanha. As tensões políticas no quadro internacional, muito marcadas pelo ressurgimento de uma política externa russa mais agressiva e pela nova administração norte-americana, poderão pôr em causa o normal ambiente das relações diplomáticas e económicas, afetando, por isso, a ordem mundial.

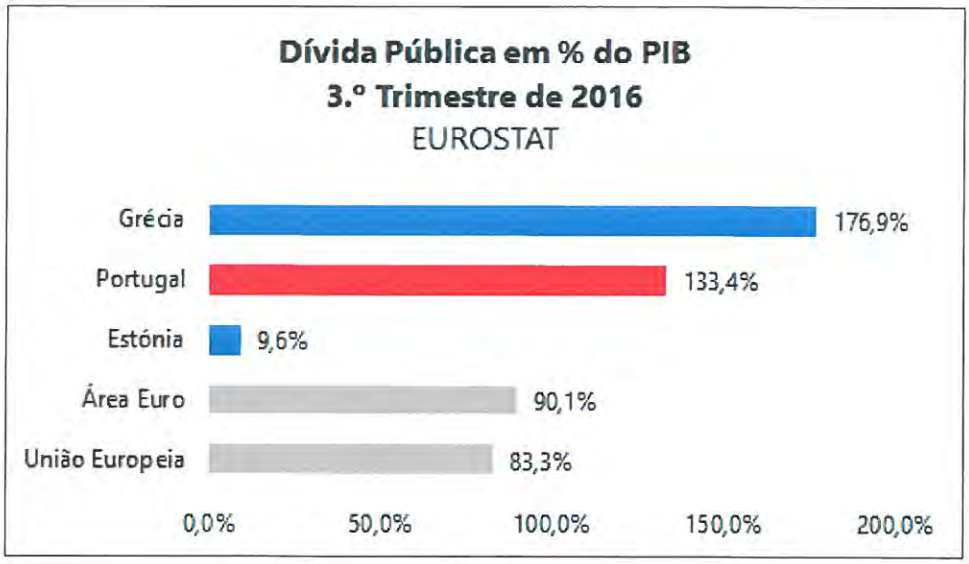
A economia chinesa tem sofrido nos últimos anos uma desaceleração constante, ainda que não muito vincada, cifrando-se o crescimento do PIB chinês de 2016 em 6,7%, um nível de crescimento ligeiramente inferior ao de 2015. O crescimento da economia chinesa no ano anterior havia sido de 6,9%. As duas economias emergentes mais relevantes da América Latina, o Brasil e o México, apresentam divergentes estádios nas suas trajetórias de crescimento. A economia mexicana terá crescido a um ritmo inferior em 0,4 pontos percentuais ao verificado no ano de 2015 (2,6% em 2015, 2,2% em 2016). O Brasil tem mergulhado a sua economia num quadro de vincada destruição de valor, após uma primavera económica que prometia um crescimento sustentado que pudesse reformar estruturalmente o país e levar o Brasil a liderar economicamente toda a América Latina. O decréscimo do PIB rondará, segundo as estimativas, os -3,5% (-3,8% no ano de 2015), mantendo, desta forma, a destruição de valor na economia brasileira, decorrente principalmente da crise política e social em que o país mergulhou.

Ainda no que diz respeito aos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), a economia russa apresenta uma desaceleração considerável do ritmo de destruição de valor, particularmente intenso, verificado no ano transato. Enquanto que os dados de 2015 indicavam um crescimento negativo do PIB de -3,7%, em 2016 esse indicador deverá cifrar-se nos -0,6%. Segundo os mesmos apontadores do FMI, o Japão teve, em 2016, um crescimento positivo de 0,9% do PIB, valor inferior em 0,3% ao ano anterior, que se coaduna com a estagnação verificada nos anos de 2015 e 2014 e que, segundo o FMI, se acentuará no horizonte previsional 2017-2018.

No que respeita ao mercado cambial, este tem evoluído de forma algo instável, na linha do que tem sucedido nos anos imediatamente anteriores. No início de 2015 a cotação EUR/USD era de 1,0898 e no fim do ano a mesma cotação era de 1,0541. Na mesma linha, em 2016, o euro desvalorizou-se face ao iene, conforme dados do Banco Central Europeu (BCE). Por seu lado, a libra esterlina depreciou-se face ao euro (a cotação EUR/GBP era de 0,7381 no final de 2015 e 0,8562 no final de 2016), em consequência da decisão de saída do Reino Unido da União Europeia que originou nos mercados alguma apreensão relativamente ao período de transição. A eliminação do limiar mínimo na cotação EUR/CHF realizada pelo banco central suíço em janeiro de 2015 fez com que a cotação do franco suíço subisse velozmente para valores próximos da paridade com o euro ao longo de todo o ano de 2015, de forma mais assinalável, e que se mantiveram com ligeiras oscilações durante 2016, tendo a cotação EUR/CHF fechado em 1,0739.

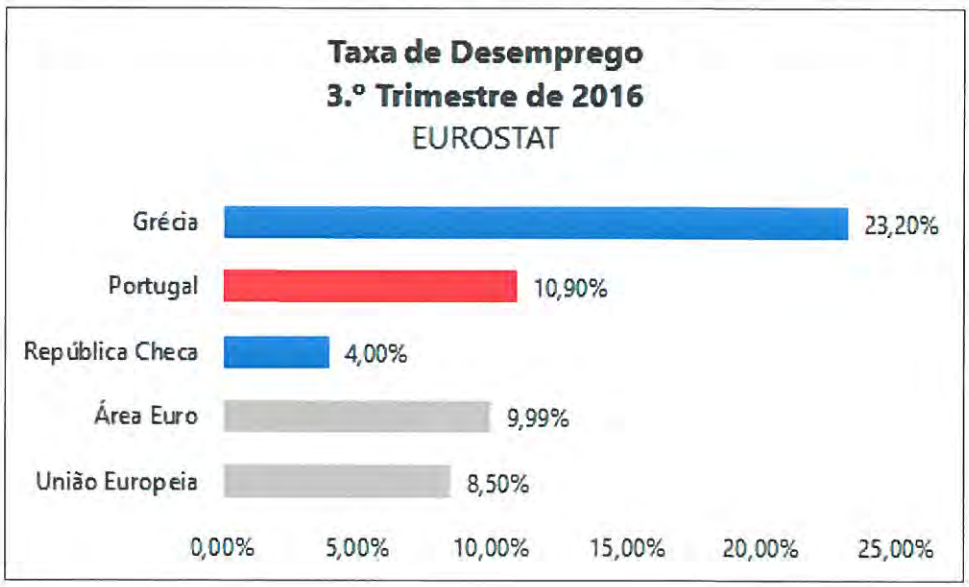
Como consequência dos excessivos défices públicos dos últimos anos, a dívida pública nas designadas economias desenvolvidas continua a atingir níveis que não eram tão elevados desde a Segunda Guerra Mundial. Os dados mais recentes apontam para rácios de dívida pública (em % do PIB), nos EUA de 104,8% (100,5% em 2015), 83,3% na UE (86,0% em 2015) e 90,1% na Zona Euro (91,6% em 2015). Portugal ultrapassou Itália e aparece no segundo lugar apenas atrás da Grécia. A Grécia mantem a liderança deste indicador com 176,9%, seguida de Portugal com 133,4% e de Itália com 132,7%. Numa análise meramente virtual ou académica, quer isto dizer que seria necessário um ano e um terço de laboração do conjunto da economia nacional, sem qualquer gasto fosse incorrido, para liquidar toda a dívida pública.

Os principais deficits europeus são apresentados na figura seguinte (dados do Eurostat relativos ao 3.º trimestre de 2016):



No que concerne ao emprego, a taxa de desemprego nos EUA cifrou-se nos 4,9%, o que significa uma estabilização deste indicador face ao ano anterior (5% em 2015). Já na Zona Euro, as taxas de desemprego mantiveram-se abaixo das apresentadas no período homólogo de 2015, tendo-se fixando em 9,8% (10,5% no final do 3.º trimestre de 2015). As menores taxas de desemprego (com base nos dados do 3.º trimestre de 2016) são observadas na República Checa (3,9%) e na Alemanha (4,1%), sendo as maiores na Grécia (23,1%) e em Espanha (19,1%). Portugal apresentava a esta data uma taxa de desemprego de 10,9%, a sexta mais elevada da UE. É importante realçar que a descida deste indicador em Portugal tem sido relativamente sustentada: a taxa de desemprego desceu de 13,3% período de 2014, para 12,2% em 2015 e 10,5% em 2016. Um dos aspetos mais preocupantes no que respeita ao mercado de trabalho é o desemprego jovem, cuja taxa de desemprego, em dezembro de 2016 estava fixada em 26,2%. A população desempregada em dezembro de 2016 foi estimada em 520.700 pessoas, uma diminuição homóloga de 19,5% (menos 103.300 pessoas do que em 2015). A população empregada, estimada em 4.601.600 pessoas, verificou um acréscimo de 2,6% face ao período homólogo de 2015 (mais 119.600 pessoas).

Apresenta-se de seguida o gráfico-resumo comparativo das taxas de desemprego, em percentagem, elaborado com base nos dados do 3.º trimestre de 2016 apresentados pelo Eurostat:



2.2 A nível Nacional:

Do ponto de vista económico e social, o desempenho de Portugal revela um comportamento algo modesto, ainda assim promissor pela leitura que é possível obter dos últimos dados das instituições europeias e portuguesas.

Apesar do nível de incerteza antevisto pelas instituições internacionais aquando da chegada ao poder do governo socialista, suportado pelas forças políticas à sua esquerda (popularmente designada por "Geringonça"), o conjunto das metas orçamentais e de crescimento económico tem sido mantido, merecendo o beneplácito das instituições europeias e internacionais, sendo até visto por algumas entidades como um modelo alternativo válido para a superação da crise dos partidos social-democratas e democratas-cristãos europeus.

Apesar de muito ténues, as melhorias da condição macroeconómica portuguesa fazem sentir-se nomeadamente na redução da taxa de desemprego e no crescimento positivo do PIB. Assim, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa registou em 2016 um crescimento de 1,4% no PIB, representando um decréscimo de apenas 0,1% face a 2015, ano em que se observou um crescimento do PIB na ordem dos 1,5%. Esta evolução foi determinada pelo contributo menos positivo da procura interna comparativamente com o verificado no ano anterior, refletindo em grande medida uma desaceleração do Investimento e, em menor grau, um ligeiro abrandamento do Consumo Privado. A Procura Externa Líquida registou um contributo positivo ligeiro, ao contrário do sucedido no ano de 2015 (de -2,1% em 2015 para 0,2% em 2016) para a variação homóloga do PIB.

A inversão da contração da Procura Interna do período 2011-2013, iniciada em 2014, manteve-se em 2016, apresentando este indicador um decréscimo de 0,2%, face ao crescimento do período homólogo, cifrando-se em 1,4%, em volume. O Consumo Privado seguiu um rumo inverso, passando esta componente da Procura Interna de um aumento de 1,9% no 4.º trimestre de 2015 para um aumento de 3,1% no período homólogo de 2016, um crescimento de 1,2%. O Investimento apresentou uma depreciação de 0,9%, em termos reais, quando comparado com o ano anterior (4,6% em 2015 e 3,7% em 2016), principalmente em resultado da redução da Formação Bruta de Capital Fixo. Em 2016, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento de 4,4% em termos reais, traduzindo-se numa desaceleração comparativamente com o observado em 2015, cujo crescimento foi de 6,1%.

As Importações de Bens e Serviços desaceleraram em 2016, registando um crescimento de 4,4% em volume (8,2% em 2015), em resultado do crescimento menos intenso de ambas as componentes. Ao contrário de 2015, as importações de bens apresentaram uma desaceleração menos pronunciada que as importações de serviços (uma redução de 3,8% e 4,4%, respetivamente).

Em Portugal, a inflação deverá ter permanecido em níveis baixos, 0,9% em 2016 (valor superior em 0,1% os valores de 2015).

No que respeita às taxas de juro (e consequentemente dos níveis de risco das Obrigações do Tesouro) a que a República Portuguesa se consegue financiar externamente, estas têm-se agravado de forma sustentada, tendo aumentado durante todos os períodos mensais desde segunda metade de 2015 até ao final de 2016. A taxa de rendibilidade média das Obrigações do Tesouro a 10 anos em dezembro de 2016 foi superior em 1,25 pontos percentuais à taxa média de rendibilidade do período homólogo (2,49% em dezembro de 2015 e 3,74% em dezembro de 2016), o que representa um agravamento considerável das condições de financiamento externo do estado português. O Bid-to-Cover Ratio (rácio que compara as ações de compra recebidas com as efetivamente aceites) dos leilões de dívida pública no mercado secundário tem-se reduzido, ficando ainda assim acima dos valores que as instituições financeiras consideram como sendo leilões com sucesso (2,0).

Mesmo após a conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), em maio de 2014, o financiamento do estado português está ainda bastante alavancado nas condições especiais de crédito concedidas pelas instituições europeias.

Em termos orçamentais, o défice do Estado para 2016 fixou-se, aproximadamente, nos 2,6% do PIB, de acordo com a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO), 0,2% acima do valor estimado pelo governo aquando da elaboração do Orçamento de Estado de 2017, sendo o défice mais baixo da história da democracia portuguesa.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2016 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade normal da Fundação, á valência da Residência para Idosos, que arrancou em Setembro de 2013, e estar a funcionar praticamente a 100% da sua capacidade.
De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 693.438,78 € €, sendo 1,4% deste valor, o abono de família de cada utente no L.I.J. que provem da Segurança Social, 80% corresponde às mensalidades dos clientes da Residência para Idosos, cerca de 18,5% corresponde às comparticipações familiares aos Idosos, os restantes 0,1% respeitam às quotizações recebidas pela Ala dos Amigos da Fundação, e pela venda de livros.
Relativamente aos outros rendimentos, dividem-se em:

- Subsídios do Estado e outros entes públicos, no valor de 494.427,24 €, dos quais 332.352,00 € respeitantes ao acordo de cooperação existente para o L.I.J. e 147.356,13 € do acordo de cooperação assinado para os idosos; e 1.482,60 € que foi 0,5% da consignação do I.R.S. recebido em 2016 para a Administração. Receberam-se ainda 13.236,51 € de subsídios de outras entidades, os quais provêm de Apoios do Instituto do Emprego e Formação Profissional para o quadro de pessoal do Lar para Idosos.
- Outros Rendimentos e Ganhos, no valor de 200.567,48 €, que essencialmente, são: 73.820,20 € - Imputação de subsídios para investimentos, na valência L.I.J e Residência para Idosos; 34.984,59 € - Donativos para a Fundação; 27.783,12 € - Reembolso de despesas pagas pelos utentes do Solar; 700,00 € - Reembolso de Formações realizadas nas instalações da Instituição; 382,80 € - Descontos de Pronto Pagamento Obtidos; 1.053,55 € - Festas e Subscrições, relativo ao Mercado de Natal, o qual a Fundação participou na época natalícia realizado no Mercado de Fátima; 61.843,22 € - Rendimento nos Ativos Financeiros, que respeita á valorização da aplicação na Eurovida.
- Juros, Dividendos e outros rendimentos similares, no valor de 95.573,39 €, que foram efectivamente os juros recebidos pela liquidação e vencimento de Depósitos a Prazo e da Aplicação em Fundos de Investimento – Eurovida.

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida os valores do total dos gastos da Fundação:

- Custo das Matérias Consumidas ..... . 15.447,14 €
- Fornecimentos e Serviços Externos .....427.797,13 €
- Gastos com o pessoal ..... 716.960,02 €
- Gastos de Depreciação e de Amortização ..... 170.810,29 €
- Outros Gastos e Perdas ..... 110.400,50 €
- Gastos e perdas de Financiamento ..... 64.784,79 €

Comparativamente, a 2015, existe uma diferença nos Outros Ganhos e Perdas, e nos Gastos e Perdas de Financiamento:

- Outros Ganhos e Perdas foram 2.376,12 € e aumentaram para 64.784,79 €; e Gastos e Perdas de Financiamento foram de 115.066,39 € e reduziram para 64.784,79 €. Esta oscilação deve-se á alteração de contabilização das alterações de valor dos Fundos de Investimento da Eurovida, que deixaram de ser contabilizados como Gastos e Perdas de Financiamento, e passaram a ser contabilizados como Outros Gastos e Perdas, na sua subconta de Rendimento Eurovida.

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apesenta os gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODO
	2016
Gastos com Pessoal	716.960,02 €
Nº Médio de Pessoas	62
Gasto Médio por Pessoa	11.563,87 €

Em 31/12/2016, a valência L.I.J. tem 18 funcionários, incluindo uma Directora Técnica, 6 ajudantes de ação educativa, 7 monitores, 2 psicólogos, 2 Trabalhadores Auxiliares de Serviços Gerais. Na Administração, está 1 auxiliar de serviços gerais e na Residência para Idosos estão 43 funcionários, que são: 1 Director Técnico, 30 Auxiliares de Ação Direta, 2 Cozinheiras e 2 Administrativas, que estão em acumulação com a valência do L.I.J., 2 ajudantes de cozinha, 3 Enfermeiros, 1 Técnico de Reabilitação, e 2 trabalhadores Auxiliares de Serviços Gerais.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira a Fundação apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível da autonomia financeira:
Em 2016, o ativo era de 9.702.414,09 € e o fundo de Capital era de 7.236.817,72 €, consequentemente a sua autonomia financeira era cerca de 75%. Relativamente a 2015, a autonomia financeira foi de 67%, subiu.

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da fundação através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2016		2015	
Ativo não corrente	8.044.582,08	83 %	9.100.236,20	80 %
Ativo corrente	1.657.832,01	17 %	2.321.852,02	20 %
Total Ativo	**9.702.414,09**		**11.422.088,22**	

RUBRICAS	2016		2015	
Fundo de Capital	7.236.817,72	75 %	7.687.824,03	67 %
Passivo não corrente	2.150.000,00	22 %	2.650.000,00	23 %
Passivo corrente	315.596,37	3 %	1.084.264,19	10 %
Total Capital Próprio e Passivo	**9.702.414,09**		**11.422.088,22**	

A Fundação exerceu atividade nos seguintes nas três valências acima descritas, mas com maior relevância o Lar de Infância e Juventude que tem a seu cargo 25 jovens e tem um protocolo com a Segurança Social, e a Residência para Idosos que tem capacidade para 60 utentes no Lar e 26 para as residências. Também, foi revisto o protocolo com a Segurança Social para o sector da Terceira Idade, que foi aumentado para 40 utentes, dos quais 10 vagas estão reservadas para utentes a colocar pela Segurança Social. No final de 2016, o Lar tinha os 60 utentes e as Residências começaram a estra ocupadas.

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Fundação Arca da Aliança no período económico findo em 31 de Dezembro de 2016 obteve um resultado líquido negativo de 22.192,98 €, propondo a sua aplicação para a conta de Resultados Transitados.

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico:

Para 2017 e 2018, as projeções do FMI apontam para uma melhoria ligeira do desempenho da economia mundial, assente na manutenção do crescimento das economias avançadas, e numa gradual retoma de crescimento das economias emergentes, especialmente dos países emergentes asiáticos (sobretudo a Índia). Esta projeção aponta, contudo, para um crescimento menos robusto face à década de 2000, refletindo políticas económicas menos expansionistas, preços de matérias-primas mais baixos (exemplo manifesto do petróleo) e, também, o agravamento de tensões geopolíticas em alguns desses países (nomeadamente a crise síria e a instabilidade do Médio Oriente decorrente sobretudo das novas ameaças do designado islão político).

Estima-se que o crescimento das áreas em desenvolvimento da Europa e Ásia Central tenha abrandado para um nível mais baixo do que previsto em 2015, à medida que a recuperação hesitante na Zona Euro e recessão na Rússia colocam desafios adicionais a esta macrorregião. O crescimento da Turquia esteve em linha com as expetativas de retraimento motivadas pela contração do sector do turismo. A recessão na Rússia sustém ainda o crescimento na Comunidade dos Estados Independentes (ex-repúblicas soviéticas), enquanto uma recuperação gradual na Zona Euro deverá estabilizar o crescimento na Europa Central e Oriental ao longo do horizonte de previsão.

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para que, em 2017, se prolongue a linha de recuperação económica moderada, já visível em anos anteriores. As mais recentes projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade económica no horizonte de previsão 2017-2019, após uma contração acumulada de cerca de 6% no período 2011-2013, no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas, e em linha com o comportamento macroeconómico nacional, particularmente desde 2014.

O Banco de Portugal, no seu Boletim de Dezembro de 2016, projeta que, a partir do final de 2016, e ao longo do horizonte de projeção (2017-2019), a economia deverá registar taxas de variação homólogas do PIB positivas, com estabilização nos períodos de 2018 e 2019 (1,4% em 2017, 1,5% em 2018 e 2019). Esta previsão é corroborada pelo BCE.

As atuais condições restritivas de acesso ao crédito irão tendencialmente manter-se, na sequência da prossecução do processo de desalavancagem do setor bancário. A recuperação do investimento empresarial deverá beneficiar o fomento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Este indicador apresentará em 2017, 2018 e 2019 um crescimento sustentado, com variações máximas estimadas de 0,2 pontos percentuais entre os períodos.

De acordo com a previsão do Banco de Portugal, a dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo desempenho das exportações. Por sua vez, o consumo privado deverá registar um período de estabilização durante os períodos económicos da previsão na ordem dos 1,3%/1,4%. Também para o mesmo horizonte de projeção se prevê que a taxa de poupança mantenha a trajetória descendente observada nos dois anos anteriores.

As exportações deverão retomar um ritmo de crescimento sustentado em 2017, em linha com o período anterior a 2016 (ano em que um abrandamento foi registado), invertendo-se nos restantes períodos de análise.

Relativamente ao mercado de trabalho é prevista uma melhoria deste indicador. No Orçamento do Estado para 2017, o Governo antevê uma taxa de desemprego de 10,3%, corroborando a perspetiva de descida moderada vaticinada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Após uma relativa estabilização da inflação em 2016, projeta-se um aumento progressivo dos preços em consonância com o crescente contributo positivo da componente não energética (1,4% em 2017, 1,5% em 2018 e 2019).

No entanto, à semelhança do ocorrido em 2016, estas projeções do Banco de Portugal estão rodeadas de grande incerteza, tanto ao nível da recuperação da economia mundial, bem como da evolução futura das tensões financeiras à escala global (a mais clara entre os Estados Unidos e a China), das crises sociais e políticas europeias (aparecimento, e potencial eleição, de partidos eurocéticos com agendas mais estremadas, apenas a título de exemplo) e, em particular, da resposta institucional das instâncias europeias ao pós-crise das dívidas soberanas na área do euro.

Portugal terá de promover o desenvolvimento económico num quadro internacional ainda marcado pelo abrandamento da economia mundial em 2012 e 2013 (resultado das crises financeira e das dívidas soberanas), e que se encontra ainda em processo de demorada reversão. Este desenvolvimento terá que passar necessariamente pelo aumento da eficiência do sistema judicial e pela redefinição do papel do Estado (está ainda por realizar a famigerada reforma do Estado com as consequências sociais, económicas e políticas daí resultantes), de forma a estimular o investimento e a inovação. As políticas de apoio à criação de emprego apenas terão sucesso se os entraves ao investimento forem retirados.

Estas condições são indispensáveis ao sucesso no período pós-processo de ajustamento económico e financeiro e à construção de um paradigma económico que promova o crescimento sustentável da economia portuguesa, mantendo um consenso institucional e coesão social satisfatórios para todos os agentes económicos.

A instabilidade dos mercados ainda se mantém, mesmo depois do fim do programa de ajuda externa, estando ainda por definir, com a clarividência necessária, quais os mecanismos europeus de ajuda ao retorno aos mercados dos países intervencionados ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira, e em que medida a União Europeia, enquanto macrorregião e união económica de estados, se reestruturará internamente e se fará impor no conturbado plano geopolítico internacional.

5.2 Evolução previsível da entidade:

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que no futuro próximo a Fundação Arca da Aliança, dê continuidade ao seu projecto, e contribua com aumento da taxa de emprego na zona, o que se começou já a verificar em anos anteriores, contribua para dinamizar o sector da terceira idade, e possa conseguir o máximo de rentabilidade do Investimento realizado (no Edifício e equipamentos do Solar das Bem Aventuranças), e ainda se encontra sub-aproveitado, na causa solidária.

6 - Outras Informações

A Fundação Arca da Aliança não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de Fundos Patrimoniais.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.
A Fundação Arca da Aliança, (conjuntamente com outros), tinha uma acção cível no processo que sob o nº 477/13.4 TBVNO correu nos termos no 1º Juízo do Tribunal Judicial de Ourém, que transitou para o Tribunal de Santarém, e teve o seu término em 2016.
Em meados de Janeiro de 2016, celebrou-se um acordo judicial, com vista a terminar este processo.
A Fundação efetuou um pagamento de uma indemnização a título de danos patrimoniais e não patrimoniais, no valor de 1.200.000,00 €, acrescido do imóvel, registado com o nº 7701/Fátima, na Conservatória do Registo Predial de Ourém e ampliação do logradouro, bem como a extinção da servidão voluntária de passagem. Esta ação judicial teve repercussões a nível de Tesouraria e Fundos Patrimoniais, mais propriamente nos Resultados Transitados. Estes sofreram uma redução, uma vez que esta alteração é materialmente relevante, mas não afeta directamente o exercício de 2016, mas os Resultados obtidos em anos anteriores.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

Não ocorreram factos relevantes após o termo do período.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Amigos, Fornecedores gerais e de investimentos, Instituições de Crédito, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso projeto.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Fundação Arca da Aliança.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Fátima, 23 de Março de 2017

Mariaclara Almeida Gaspar

Maria de Fátima Ferreira Gonçalves Pinheiro Lopes

Jorge Santos de Oliveira